PODER

Seis estão de olho na vaga de Moro no Senado

Possibilidade de cassação de ex-juiz cria prévia eleitoral antecipada no Paraná

» VICTOR CORREIA

Ed Alves/CB/DA.Press



Ações que contestam candidatura de senador por abuso de poder econômico e caixa 2 podem ser julgadas em breve

As ações que pedem a cassação do senador Sergio Moro (União-PR) desencadearam uma prévia eleitoral fora de época no Paraná. Integrantes do PT — autor de um dos pedidos — já se articulam para determinar quem será o nome da legenda à vaga no Senado, caso ela seja desocupada. O processo, que tramita no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), pode levar à cassação de toda a chapa por irregularidades durante a campanha do ano passado. Se confirmada, a decisão levará a um novo pleito para senador no estado.

Mas não é só o PT que está de olho na vaga. O PL, de Jair Bolsonaro, também participa da batalha judicial, e vê a chance de assumir o cargo de Moro. O candidato da legenda no ano passado, Paulo Martins, ficou em segundo lugar na disputa. O ex-deputado Ricardo Barros, do PP, também declarou publicamente que participará da nova eleição, caso ela ocorra. Ao todo, pelo menos seis nomes se articulam. A decisão, porém, deve demorar. Além de ser aprovada no TRE-PR, a ação precisará ser referendada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, então, confirmada pelo Senado Federal.

"Ele (Martins) pretende concorrer também, assim como vários outros candidatos deverão disputar a eleição", declarou Barros a jornalistas, após sessão da Assembleia Legislativa do Paraná. O ex-parlamentar relatou que já acertou sua candidatura com o partido. Questionado sobre a possibilidade da cassação de Moro, ele avaliou que, se depender da jurisprudência, ela ocorrerá. "Houve um processo idêntico, o da juíza Selma (Arruda), que foi cassada lá no Mato Grosso. Se não houver mudança no entendimento do tribunal, o processo será o mesmo", pontuou.

A ex-senadora e ex-juíza era conhecida por ter atuação parecida com a de Moro à frente da 7ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no combate ao crime organizado. Sua chapa foi cassada por não ter declarado à Justiça Eleitoral um empréstimo de R$ 1,5 milhão que pegou de seu suplente, o que foi considerado "caixa 2" e abuso de poder econômico — acusações às quais Moro também responde. O ex-senador Álvaro Dias (Podemos), desbancado pelo ex-juiz e seu antigo padrinho político, também é considerado um candidato natural ao pleito, embora ainda não tenha se manifestado.

No PT, circulam pelo menos três postulantes ao cargo: a presidente nacional da legenda, deputada Gleisi Hoffmann; o líder do partido na Câmara, deputado Zeca Dirceu; e o deputado estadual Roberto Requião Filho. Dirceu e Gleisi polarizam a disputa, ligados a alas distintas do PT paranaense.

Requião, filho do ex-governador Roberto Requião, também declarou a intenção de disputar. Nos bastidores, ele não descarta se desfiliar do PT e concorrer por outro partido, caso a legenda não o favoreça. Dirceu e Gleisi tentam agora angariar o apoio do clã Requião e podem negociar, inclusive, cargos no governo federal, já que o clã não se sentiu contemplado na composição do governo Lula. Pela proximidade com o presidente, e maior influência para oferecer cargos, a deputada é tida como a candidata mais provável.

Publicamente, integrantes do PT dão como certa a cassação de Moro. Na semana passada, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, postou uma foto ao lado de Gleisi e a chamou de "futura senadora", o que gerou reação por parte de aliados do ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL). O senador Hamilton Mourão (Republicanos -RS), ex-vice-presidente, questionou se a primeira-dama, "antecipando possíveis resultados de uma questão judicial", estaria extrapolando o seu papel, pressionando e tentando interferir na decisão, ou se o Judiciário estaria "atuando em prol do Executivo".

Moro, por sua vez, agradeceu o apoio e disse que a fala de Janja é "um desrespeito aos 1,9 milhão de eleitores" que o elegeram. Gleisi, por sua vez, disse que o ex-juiz já tem convicção de que será cassado, e que está tentando interferir nas eleições. "Calma, rapaz. Por enquanto, só teremos eleições para o Senado em 2026. Até lá, vamos aguardar o pronunciamento da Justiça sobre o seu caso. É disso que você tem medo?", disse a deputada.

Procurado pelo **Correio**, Moro, pela sua assessoria, disse estar tranquilo sobre o desfecho das ações. "O PT tem um problema com a oposição. Então, não tendo ganho nas urnas do Paraná, pretende cassar mandatos de adversários políticos relevantes. O senador Sergio Moro está tranquilo, pois os fatos e a lei estão ao seu lado", frisou, em nota.

Na disputa

Quem podem ser os concorrentes à possível vaga de Moro no Senado?

Gleisi Hoffmann (PT)
deputada federal e presidente nacional do PT

Zeca Dirceu (PT)
deputado federal e líder do PT

Roberto Requião Filho (PT)
deputado estadual

Paulo Martins (PL)
ex-deputado federal e segundo colocado na disputa ao Senado

Ricardo Barros (PP)
ex-deputado federal e ex-líder do governo Bolsonaro

Álvaro Dias (Podemos)
ex-senador

Abuso de poder

Moro é alvo de duas ações por supostas irregularidades na campanha eleitoral. Foram ajuizadas por legendas que estão em espectros políticos opostos: pelo PL e pela Federação Brasil da Esperança, composta pelo PT, PCdoB e pelo PV. Os processos foram unidos por determinação do desembargador Mário Helton Jorge, do TRE-PR, por conterem argumentos parecidos sobre o mesmo tema. Em sua decisão, o magistrado autorizou a oitiva de 10 testemunhas e o recolhimento de provas. Ele, porém, negou pedidos de quebra de sigilo bancário, telemático e fiscal do senador, bem como o pedido para busca e apreensão contra Moro.

Em resumo, os processos apontam que o ex-juiz teria agido irregularmente ao lançar sua candidatura à Presidência da República pelo Podemos, e depois ter migrado para o União Brasil para concorrer como senador. A disputa da Presidência tem teto de gastos muito maior do que aquela pelo Senado, com muito mais visibilidade, e teria colocado uma "pá de cal" nas chances dos concorrentes, segundo o PL. A Federação liderada pelo PT, por sua vez, ainda afirma que há indícios de "inúmeras ilicitudes" contra as normas eleitorais e "movimentações financeiras suspeitas". Há ainda acusação de "caixa 2".

Segundo o consultor de Análise Política da BMJ Consultores Associados Érico Oyama, a possibilidade de nova eleição é uma oportunidade para que deputados disputem um cargo de maior longevidade, de forma mais tranquila, já que conquistaram a reeleição no ano passado. "As negociações políticas antecipadas ocorrem para que, em caso de confirmação de disputa, o candidato esteja fortalecido e com apoio mínimo necessário", disse Oyama.

Ele destaca que a possibilidade de assumir a vaga de Moro é ainda mais importante para o governo, que pode aumentar sua base no Legislativo. As movimentações antecipadas também são importantes para o PT por existir mais de um nome na corrida pela vaga ao Senado.

"Em caso de cassação de Moro, o PT terá que passar por uma disputa interna entre dois deputados relevantes do partido. Gleisi Hoffmann é presidente nacional do partido, já foi senadora e decidiu migrar para a Câmara para não correr o risco de ficar sem mandato. Já Zeca Dirceu é o atual líder do PT na Câmara e cogita concorrer à prefeitura de Curitiba no próximo ano", explicou.

Ameaça nas redes a Lula, Moraes e Dino

» RENATO SOUZA

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou, ao **Correio**, que vai determinar que a Polícia Federal e Advocacia-Geral da União (AGU) analisem o caso de um brasileiro que vive nos Estados Unidos que ameaçou, em vídeo postado nas redes sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o próprio titular da pasta da Justiça.

Nas imagens, publicadas na sexta-feira, João Pedro Rodrigues posiciona fotos das três autoridades em um totem e as usa como alvos em um estande de tiros. Em uma das publicações no Instagram, o homem diz ter nascido em Ceilândia, região administrativa localizada a 30 quilômetros da Esplanada dos Ministérios, mas afirma que atualmente vive no estado norte-americano de Utah. O vídeo se espalhou por outras redes sociais.

Um outro homem, que seria cidadão norte-americano, é quem atira, instruído por João Pedro. Na publicação, o brasileiro ofende Lula e os ministros e diz estar protegido pela Primeira Emenda da Constituição dos EUA e desafia quem está vendo o vídeo a processá-lo. Em meio às ameaças, ele oferece cursos de um projeto de tiro.

O ministro da Justiça afirmou que tomará medidas em relação ao caso. "A Primeira Emenda nos EUA não protege incitação à violência e ameaças. A conduta é típica de um desequilibrado querendo aparecer. Mandarei à Polícia Federal e à Advocacia-Geral da União para análise do caso", disse.

Em outra publicação, nos stories do perfil, que desaparece em 24 horas, o homem lança ataques ao Supremo quando perguntando o que poderia ser feito em relação à gestão política no Brasil. "O país só será salvo quando um estadista cachorro louco entrar no poder, fechar o Congresso, criminalizar o comunismo e fuzilar o STF e devolver o poder de volta ao povo. Entretanto tudo isso é utopia. A saída desse hospício por enquanto ainda é o aeroporto", escreve ele, nas ameaças.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Inelegibilidade de Bolsonaro aprofunda contradições de Lula

A inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, aprovada por 5 a 2 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ainda não transitou em julgado, pois lhe cabe o direito a recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), mas já está valendo e tem impacto na conjuntura política do país, principalmente na oposição ao governo Lula. Entretanto, Bolsonaro continuará sendo um grande eleitor nas eleições municipais, mesmo sem o controle da máquina federal, porque exerce uma liderança de natureza política e ideológica de massas, tem aliados estratégicos nos governos estaduais e forte presença das redes sociais.

Bolsonaro não é um simples produto midiático nem o bolsonarismo desaparecerá a curto prazo. As contradições sociais que o levaram ao poder continuam existindo, com a revolução digital, as mudanças na estrutura de organização do trabalho, a crise de representação dos partidos, a desagregação familiar, a violência, o machismo e a homofobia, entre outras causas. A agenda de Bolsonaro permanecerá viva nas eleições municipais e isso fará dele um político influente, mesmo impedido de disputar eleições.

Especula-se que a decisão da Justiça Eleitoral antecipa a disputa de 2026, saltando as eleições municipais, que teriam um papel secundário nas articulações políticas. Estaria, dadas as condições para surgimento de outra outra liderança de direita, mais esclarecida e moderada, capaz de mudar o eixo da oposição, da extrema-direita para o conservadorismo político, em aliança com o centro liberal. Nesse caso, da oposição nos estados poderia emergir nova alternativa de poder.

As principais lideranças de direita do país hoje são o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), uma liderança tradicional de direita; o governador de Minas, Romeu Zema (Novo), que emergiu na onda antissistema do tsunami eleitoral de 2018; e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), eleito na aba do chapéu de Bolsonaro, mas com seus próprios méritos, pelos vínculos que estabeleceu com a elite política e econômica paulista. Este é o jogo a ser jogado no campo do bolsonarismo: encontrar um candidato de direita que a unifique, o que é impossível sem o consentimento, e, portanto, o apoio eleitoral do ex-presidente.

Nesse contexto, setores de centro que apoiaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno e estão descontentes com o governo, seja pelo rumo político adotado, seja meramente por falta de espaço no governo federal, começam a se movimentar com objetivo de ressuscitar a terceira via. A maior dificuldade que encontram é o fato de que tiveram um papel decisivo no segundo turno, mas não têm força suficiente para construir uma alternativa de poder no curto prazo.

Ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), ministro do Desenvolvimento Econômico, e de Marina Silva (Rede), ministra do Meio Ambiente, Simone Tebet, se encaixou plenamente na equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cuja atuação vem recebendo apoio crescente dos agentes econômicos. Não há a menor possibilidade desse pacto político ser rompido antes das eleições municipais. Só quem poderia implodir essa aliança é o presidente Lula, se estivesse descontente com os rumos da política econômica.

> O ESTADO BRASILEIRO, COM SUAS INSTITUIÇÕES, É UMA "DEMOCRACIA AMPLIADA", INSCRITA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988, E NÃO RESULTA APENAS DA ELEIÇÃO DIRETA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Iliberalismo

Fora do governo, os nomes que poderiam articular a terceira via são o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e o ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT). O primeiro está às voltas com a gestão de um estado com dificuldades financeiras crônicas, sem condições de sustentar um embate com o governo federal nos mesmos patamares de SP, MG e GO. Seria uma estratégia de alto risco se colocar como pré-candidato desde já. O segundo, está desgastado por sucessivas derrotas em eleições presidenciais, não tem apoio do seu partido para fazer oposição e, por ser nacional-desenvolvimentista, também não é um nome que unifique as forças de centro.

Por tudo isso, é meio incompreensível o movimento errático que o presidente Lula resolveu promover, principalmente na política externa, que não tem um amplo consenso na sociedade, como a boa diplomacia exige. O mais preocupante, porém, é a narrativa em relação aos países autoritários da América Latina, que extrapola a política de boa vizinhança para recuperar mercados. Ao classificar a democracia como relativa e afirmar que dela gosta porque pode se eleger presidente, para justificar o regime venezuelano, Lula flertou com o mesmo "iliberalismo" que se criticava em Bolsonaro.

A democracia não se restringe às eleições. O erro mais crasso de Bolsonaro foi não compreender que o Estado brasileiro, com suas instituições, é uma "democracia ampliada", inscrita na Constituição de 1988, e não resulta apenas da eleição direta do presidente da República. Essa concepção também explica o fenômeno da "subsunção" da sociedade civil pelos governos petistas, o que foi uma das causas das manifestações de 2013 e do tsunami eleitoral de 1988. A esquerda tradicional brasileira precisa ultrapassar suas concepções anti-imperialistas, que veem os Estados Unidos como inimigo principal. E resistir ao poder de atração da China como potência, que não se restringe ao comércio; seu modelo de capitalismo de estado é sedutor, como via de acelerado desenvolvimento.